

# SINES

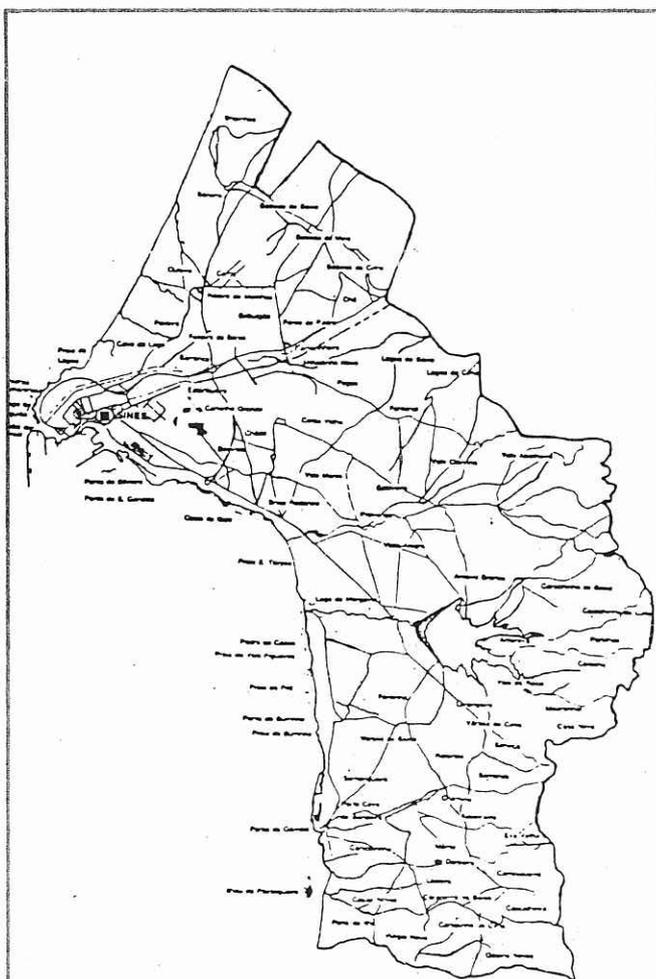
## BOLETIM MUNICIPAL

ANO XI Nº 66 NOV./DEZ. 1988



EDIÇÃO DA  
CAMARA MUNICIPAL  
DISTRIBUIÇÃO  
GRATUITA

### O PODER LOCAL NA VIA DO SOCIALISMO



## PLANO E ORÇAMENTO PARA 1989

Págs. 2 e 3



4 dias de folia !!!

Págs. 19 e 20

#### Sumário

- PLANO DE ACTIVIDADES E ORÇAMENTO
- PROTECÇÃO CIVIL É IMPORTANTE
- PLANO DIRECTOR
- ÁREA DE PAISAGEM PROTEGIDA
- PROJECTO DA SEDE J. FREG. PORTO COVO
- SINES ATRAI INVESTIDORES
- CENTRO DE SAÚDE
- MEMÓRIAS DO NOSSO PASSADO
- AL BERTO, LANÇA — LUNÁRIO
- SINES E O CENTRO HISTÓRICO
- CORREIO DO MUNÍCIPE
- SINES EM FILME DE RUI GOULART
- CARNAVAL/89



### CÂMARA E ASSEMBLEIA MUNICIPAL APROVAM PLANO E ORÇAMENTO PARA 1989 POR UNANIMIDADE

#### Introdução

O Plano de Actividades de 89 tem como principais suportes e orientação as seguintes:

1 — As propostas do Plano Director Municipal já concluído e em fase de discussão pública.

2 — A extinção do Gabinete da Área de Sines e os acordos estabelecidos.

3 — O reforço das verbas a transferir para as freguesias.

4 — O apoio efectivo às iniciativas do movimento popular.

5 — O reforço do apetrechamento técnico dos serviços municipais.

6 — As iniciativas e compromissos que transitam de anos anteriores.

1) — O Plano Director Municipal como principal instrumento definidor das políticas do desenvolvimento económico, social e cultural do concelho de Sines aponta ano a ano priorizando-as entre 1989 e 2 000, não só as iniciativas de âmbito municipal, como as de responsabilidade da Administração Central. Entende a Câmara que tais iniciativas devem figurar no texto do P.A.-89 e nos seguintes, visto tratarem-se de objectivos a concretizar ainda que por outros níveis de responsabilidade no aparelho do Estado, mas importantes para o n/ desenvolvimento integrado. (saúde, ensino, formação profissional, porto comercial e industrial, ambiente, etc.).

2) — A extinção do Gabinete da Área de Sines trouxe ao P.A.-89 da Câmara Municipal algumas responsabilidades acrescidas, sublinhando-se a transferência duma dotação financeira de 150 mil contos para fazer face principalmente às obras da Av. Vasco da Gama.



3) — As n/ freguesias são contempladas com um reforço financeiro na ordem dos 18.0% e será conveniente assinalar que o FEF-89 para a C.M.S. sofre um aumento de 5,3% inferior portanto em cerca de 50% à taxa de inflação registada. Tal transferência significa 30,2% face ao FEF-89 e a lei obriga o mínimo de 5%.

4) — Mantemos toda a disponibilidade política, financeira e material para com o n/movimento popular. Prosseguirão as obras de vários edifícios de várias associações tais como do Clube Desportivo de Porto Covo, do Leal Soneguense, da Sociedade Musical U.R.S.S., da Comissão de Moradores da Quinta dos Passarinhos, do Ginásio Clube de Sines e do Teatro Oficina. Procedeu-se ao reforço, considerado aceitável das dotações financeiras para apoio ao funcionamento corrente de todas as colectividades e associações que delas beneficiam.

5) — O reforço dos Serviços Camarários assenta essencialmente em três objectivos:

1 — Conseguir a plena utilização de todo o edifício dos Paços de Concelho.

2 — Concretizar a informatização e adquirir novas viaturas e ampliar o G.A.T. de Grândola.

3 — Organizar a formação de algum pessoal conjuntamente com Autarquias vizinhas.

6) — Finalmente as iniciativas que transitam do ano anterior e que constituem obrigações financeiras de certo vulto. Transitam para/89 por razões várias, entre outras as seguintes obras:

1 — A conclusão do Mercado de Porto Covo.

2 — A conclusão do equipamento de frio do Mercado de Porto Covo.

3 — A construção da Escola Pré-Primária de S. Marcos.



4 — Os arranjos exteriores do Bairro da Cooperativa.

5 — A construção de 1 campo de Ténis.

Para além destas seis linhas de orientação principais, outras merecem ser sumariamente referidas pela importância que assumem no P.A.-89:

1 — A melhoria da imagem dos núcleos urbanos do n/concelho.

2 — As candidaturas aos fundos estruturais da C.E.E.

3 — O PROT do Litoral Alentejano e a futura Associação de Municípios decorrente, em sintonia com o PIDDS e com a instalação da Área de Paisagem Protegida do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina.

Mais uma vez a proposta do O.G.E.-1989 do Governo vem criar dificuldades acrescidas às Autarquias Locais. Quer a Associação Nacional de Municípios Portugueses, quer a Associação de Municípios do Distrito de Setúbal, quer ainda as Autarquias individualmente consideradas vêm tomando posição contra algumas disposições do O.G.E., que se consideram mais gravosas:

1 — O reduzido aumento do FEF que é de 5,3% no caso de Sines quando a taxa de inflação registada no último ano é cerca de 9,5%;

2 — Os novos encargos decorrentes do pagamento do imposto profissional, da Caixa Geral de Aposentações e do Montepio Geral;

3 — Os novos encargos em matéria de educação.

O princípio consagrado na Lei de que novas responsabilidades a transferir para o Poder Local deverão ser acompanhadas das suficientes contrapartidas financeiras não foi mais uma vez respeitado.

Manteremos as portas da Câmara Municipal totalmente abertas à n/população e a todos os seus problemas porque nessa população reside toda a razão de ser desta Autarquia.

Participaremos de acordo com as n/ responsabilidades em cada uma, nas várias entidades onde a Câmara Municipal de Sines tem assento sempre com o objectivo de conseguir maiores vantagens e maior prestígio para o nosso município e que enumeramos:

1 — Cemetra — Conselho de Administração.

2 — Administração do Porto de Sines — Conselho Consultivo.

3 — Comissão de Gestão do Ar de Sines — Gabinete Coordenador e Plenário.

4 — Associação de Municípios do Distrito de Beja.

5 — Comissão Promotora do 3º Congresso Sobre o Alentejo.

6 — Gabinete de Apoio Técnico de Grândola — Comissão Directiva.

7 — Área de paisagem Protegida do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina — Comissão Directiva.

8 — Região de Turismo de Setúbal Costa Azul — Conselho Regional.

9 — Associação de Municípios do Distrito de Setúbal.

10 — Associação Nacional de Municípios Portugueses — Conselho Geral.

### Resumo das principais Rubricas e Aplicações

Educação — 12.400; Cultura, Desporto e Tempos Livres — 39.600; Acção Social — 7.500; Saúde — 6.800; Habitação e Urbanização — 43.000; Saneamento e Salubridade — 3.000; Protecção Civil — 8.000; Desenvolvimento Económico e Abastecimento Público — 30.700; Comunicações e Transportes — 313.500; Defesa do Meio Ambiente — 20.000 — Total em contos — 484.500.



## A PROTECÇÃO CIVIL É IMPORTANTE

Dada a importância de que se reveste a problemática da Protecção Civil e por ter sido criado o Serviço Municipal de Protecção Civil do Concelho de Sines, cujo Gabinete se encontra instalado no Quartel dos Bombeiros Voluntários de Sines, daremos início neste número do Boletim, a um conjunto de noções, dados, conselhos e medidas a ter em conta no que concerne ao comportamento da população em caso de catástrofes de maiores proporções, sejam elas naturais ou provocadas nas indústrias da área.

Estes dados e conselhos são retirados dos diversos manuais do Serviço Nacional de Protecção Civil.

### 1. ACIDENTES TECNOLÓGICOS

- a. Acidente tecnológico grave — é uma ocorrência, associada a um acontecimento súbito e não planeado com origem no desenvolvimento incontrolado de um processo industrial em espaço geográfico reduzido, podendo provocar vítimas, prejuízos económicos de maior ou menor amplitude e afectar o ambiente.
- b. São variadíssimas as origens e as causas de um acidente tecnológico grave. O caso concreto de um acidente químico pode provocar elevado número de vítimas se não houver um aviso muito rápido às populações em risco, um bom planeamento das medidas a tomar, de imediato e automaticamente, por todos os intervenientes (autoridades, serviços e população) e, ainda, se as próprias populações não estiverem permanentemente conscientes do que devem fazer em cada momento.
- c. Como em todos os acidentes ou catástrofes, o agente que provoca um número de vítimas sempre muito elevado é o PÂNICO. Evitá-lo reduz substancialmente aquele número e é conseguido por uma boa formação, consciencialização e treino frequente do pessoal envolvido num caso destes.
- d. Acrescenta-se que, em média, e dependendo do tamanho e do tipo de construção, o ar de uma casa com o tecto forrado renova-se dentro de uma a duas horas. Durante este período e se estiver devidamente calafetada, a casa constituirá pois um abrigo aceitável.

### 2. RISCOS NUM ACIDENTE QUÍMICO

- a. De acordo com a respectiva substância química os riscos mais graves e vulgares são:
  - *Asfixia*, quando priva o organismo do oxigénio do ar, atacando ou não as vias respiratórias.
  - *Envenenamento*, quando absorvida pelo organismo, por ingestão ou contacto, paraliza ou destrói os centros vitais.
  - *Explosão*, quando em mistura com o ar, em determinadas proporções, provoca um rebentamento, normalmente seguido de incêndios.
  - *Vesicação*, quando em contacto com a pele, provoca a sua destruição ou feridas graves de difícil cicatrização.
- b. É claro que uma só substância química pode dar origem a mais do que um daqueles riscos.
- c. Além destes, e comum a todos os riscos, há ainda o Pânico, fruto da actuação humana precipitada e incontrolada.

O QUE FAZER

**ANTES**

DE UM

ACIDENTE QUÍMICO



### a. PROCURE INFORMAR-SE

Informe-se sobre acidentes químicos e sobre substâncias químicas perigosas.

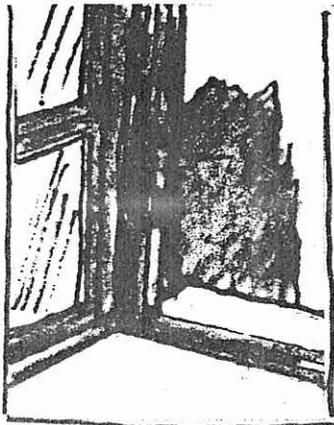


Fale sobre acidentes químicos, em casa e com os amigos, de forma tranquila e serena, trocando ideias sobre a forma de lhes fazer face.

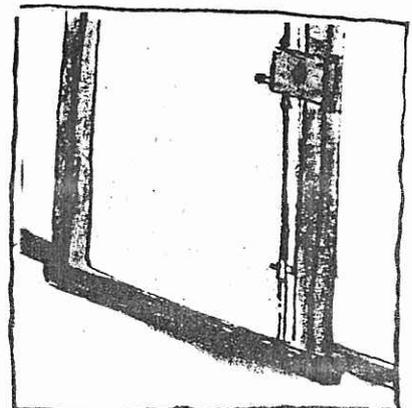


### b. EM CASA

Prepare a sua casa por forma a poder, rapidamente, torná-la o mais estanque possível à penetração de gases perigosos.



Prepare as portas e janelas para uma calafetagem imediata quer com dispositivos permanentes quer improvisados (panos molhados).

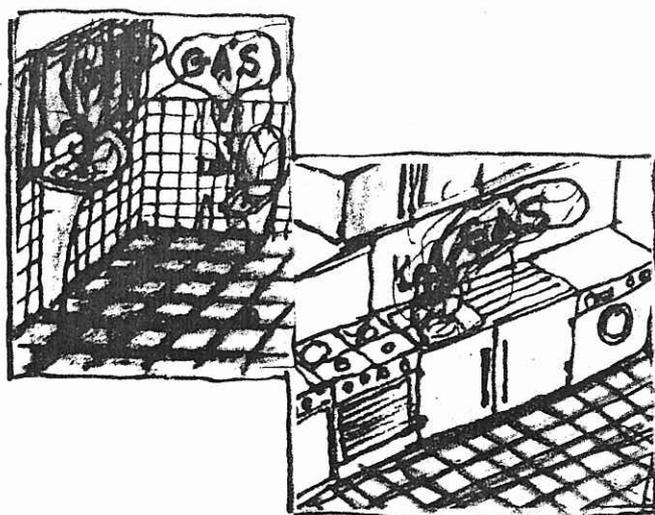


# sines

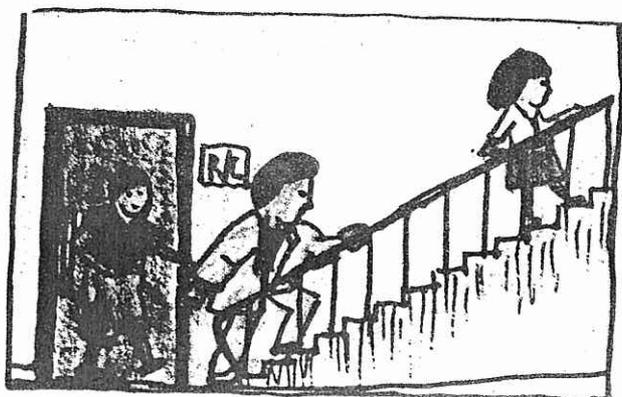
## informação municipal



Estude os locais de maior protecção (salas interiores) e prepare-os para facilitar os movimentos e acolher os seus familiares, especialmente crianças e idosos.



Prepare as portas de acesso às cozinhas e casas de banho para uma calafetagem rápida, pois o gás pode infiltrar-se pelas condutas dos esgotos e entrar em sua casa pelos escoadouros das pias, bacias e sanitas.



Se mora em pisos térreos ou baixos prepare o seu abandono e a instalação da família em andares superiores, combinando com os seus vizinhos de cima; ou escolha um lugar seguro para onde fugir de imediato. As Autoridades indicarlhe-ão tais locais.

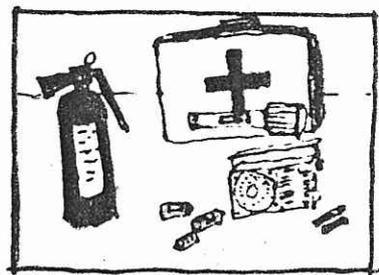


Armazene água potável e alguns alimentos enlatados ou empacotados (leite) nos locais de maior protecção — e substitua-os periodicamente.



Enquanto durar o perigo, evite utilizar a sanita e use recipientes ou, de preferência, sacos de plástico para a recolha de dejectos.

Tenha sempre à mão uma lanterna eléctrica e um transistor portátil, pilhas de reserva, sacos de plástico e um estojo de primeiros socorros; se possível também um extintor portátil.



c. PENSE E VÁ IMAGINANDO O QUE DEVE FAZER SE OCORRER UM ACIDENTE QUÍMICO E ESTIVER:

- em sua casa
- em casa de um amigo
- no local de trabalho
- numa sala de espectáculos
- na rua



d. EM SUA CASA OU NO LOCAL DE TRABALHO:



- Estude como aplicaria estas medidas
- Realize ou promova a realização de exercícios de treino



## PLANO DIRECTOR MUNICIPAL DESENVOLVIMENTO PLANIFICADO E EQUILIBRADO

O Plano Director Municipal continua em exposição pública no Salão Nobre da Câmara Municipal de Sines.

Nesta edição do Boletim Municipal damos início à publicação de alguns capítulos essenciais do referido Plano para que os munícipes se inteirem desta peça fundamental do desenvolvimento do nosso Concelho.

### 2 - OBJECTIVOS

#### GERAIS

#### DE DESENVOLVIMENTO

Os objectivos de desenvolvimento do município de Sines assentam nas seguintes orientações principais:

- minimização dos problemas de natureza ambiental;
- criação de emprego com base na mobilização dos recursos endógenos;
- satisfação de carências da população no domínio do "habitat".

Como pano de fundo daqueles macro-objectivos e factor fortemente condicionador da sua concretização, ressalta a incerteza sobre o crescimento económico da região onde Sines se insere e, em particular, a indeterminação sobre a evolução do complexo portuário-industrial.

Os objectivos de desenvolvimento municipal do PMD abrangem os seguintes domínios principais:

- institucional;
- sócio-económico;
- ambiente e património;
- "habitat".

O primeiro, de natureza institucional, centra-se no reatamento dos campos de intervenção das administrações local e central e sua adequada coordenação, traduzindo-se nos seguintes sub-objectivos:

— participação autárquica no planeamento do Empreendimento de Sines (ES), procurando, entre outros aspectos, reduzir as incertezas sobre o seu crescimento que pesam sobre a autarquia (o que pressupõe a informação atempada de decisões e iniciativas da administração central ao município);

— a responsabilização, pelos organismos da administração central, dos impactes de investimentos ocorridos na plataforma portuário-industrial promovidos pela administração pública;

— a devolução da actividade agrícola à população e suas organizações sócio-económicas;

— a intervenção efectiva da autarquia nos meios de controlo e combate à poluição.

Perante a incerteza quanto ao futuro do ES, propõe-se



como objectivo, no campo sócio-económico, o desenvolvimento diversificado do concelho, voltado para a realidade local e regional com base na:

— mobilização dos recursos e potencialidades locais (agrícolas, turísticas, piscatórias, transportes, serviços, e indústria ligeira);

— reorientação do ES de molde a permitir a integração da mão-de-obra local nas empresas do complexo, o que poderá implicar medidas do tipo cursos de formação profissional, selecção de unidades fabris adequadas ao perfil social da população, etc.;

— promoção da integração de Sines e seu complexo portuário-industrial na região alentejana o que pressupõe, igualmente, a reorientação dos investimentos do ES bem como a instituição das Regiões Administrativas, condições para a inserção progressiva no complexo de unidades ligadas aos recursos regionais, para a criação do polo de serviços sub-regional e para a sua especialização como centro de comutação de transportes de nível regional (rodoferro-portuário);

— apoio aos projectos de desenvolvimento do Alentejo, em particular aqueles com previsíveis repercussões sobre o concelho (Projecto Cobre, Alqueva, etc.).

Entre outros aspectos tem-se em vista, num concelho com potencial demográfico elevado, criar empregos que possam responder às solicitações do crescimento natural da população e, também, integrar mão-de-obra não espe-



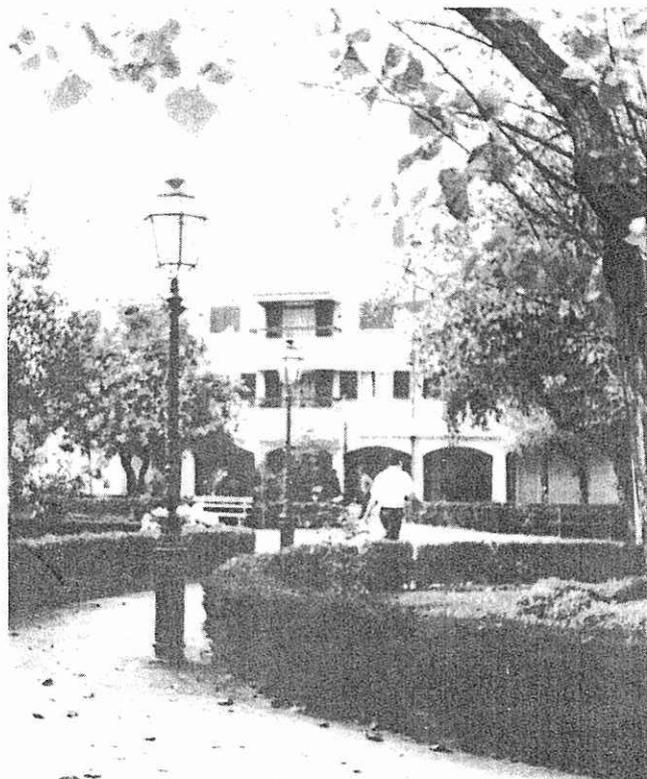
cializada e feminina, contrariando a recente tendência para a emigração.

O objectivo do desenvolvimento sócio-económico interliga-se com o objectivo seguinte, o da protecção do meio. Com efeito, não poderá haver desenvolvimento económico baseado na mobilização dos recursos locais sem protecção eficaz do meio bio-físico, em geral, e dos recursos locais, em particular. Isto é decisivo para a pesca, a agricultura e o turismo.

O terceiro objectivo — o da protecção do meio, recursos, património e população — visa, no essencial:

— impedir a degradação ambiental, nomeadamente a causada pela poluição industrial;

— proteger áreas com recursos económicos da sua afectação a outros fins (especialmente as agrícolas da implanta-



ção industrial);

— proteger, conservar e reabilitar o património cultural;

— assegurar a protecção civil em casos de acidentes e catástrofes.

O quarto e último grande objectivo do desenvolvimento municipal é o de melhorar as condições de habitabilidade no concelho, promovendo num quadro de incerteza quanto à evolução sócio-económica e demográfica — o ordenamento municipal do território tendo em atenção os objectivos anteriormente formulados, bem como a satisfação das carências, existentes e previsíveis, da vida urbana e rural.

Este objectivo envolve a consideração dos seguintes sub-objectivos:

— reequilíbrio da distribuição espacial da população, reanimando o meio rural e eliminando, em áreas expropriadas, a situação de instabilidade da população;

— prossecução da política de integração social da população imigrada, incluindo a criação de condições para a resolução dos seus problemas de realojamento;

— completamento das redes de equipamentos do ensino e saúde;

— resolução de insuficiências do domínio das infraestruturas e dos transportes, em particular nas áreas rurais;

— participação na resolução do problema administrativo da Sonega.

### 3 - PROPOSTAS DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL

#### 3.1 - ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO

Trata-se de responder à tríplice questão

Desenvolver o quê?

Como fazê-lo?

Quando fazê-lo?

Os "objectivos" respondem à 1ª questão. Eles indicam o que deve ser desenvolvido, protegido, reacertado e melhorado. Assim:

— coordenação da intervenção das administrações local e central;

— desenvolvimento diversificado voltado para a realidade local e regional;

— proteger o meio, o património e a população;

— melhorar a habitabilidade do concelho.

Para estabelecer medidas que fundamentem uma estratégia de desenvolvimento municipal há que construir, previamente, o cenário ou cenários de desenvolvimento previsíveis; como se viu, esses cenários apoiar-se-ão na identificação dos agentes de desenvolvimento e no quadro institucional e na conjuntura que os condicionam.

O primeiro cenário, que se designa por cenário A, assenta num crescimento lento da economia local, como reflexo da economia do País. Ele pressupõe o abandono ou o adiamento de novos investimentos de vulto no sector público no concelho e apoia-se, essencialmente, no desenvolvimento económico "possível", isto é, no aproveitamento dos recursos e mercados locais e regionais. É, ainda, um cenário onde não se aposta em grandes capacidades intervencionistas dos diversos agentes.

Assim, neste cenário e no que respeita ao complexo portuário-industrial o cenário A prevê, dum modo geral, a manutenção das empresas públicas instaladas na Área, sem alterações de vulto das actuais taxas de utilização. Em termos de expansão ou ampliação, apenas se prevê a construção da fase 4 da central termoeléctrica a carvão e a finali-



zação da construção da fase IA do porto de granéis sólidos (porto carvoeiro).

A nível das actividades locais, aquela que apresenta maiores probabilidades de desenvolvimento é a pesca, uma vez que estão a reunir-se as condições de base para esse desenvolvimento, ou seja, a ampliação do porto de pesca e aumento do respectivo mercado.

As indústrias extractivas, que no concelho têm expressão através da exploração da pedreira de Monte Chãos, devem manter-se em actividade, devido à continuação da construção do porto de granéis sólidos, da ampliação do porto de pesca e da manutenção e reparação do porto de granéis líquidos, em especial do molhe oeste.

A evolução da agricultura, da silvicultura e da pecuária estão dependentes da política nacional para este sector e do fim que for destinado aos terrenos agrícolas expropriados pelo GAS — cerca de 2/5 das áreas com potencialidades agrícolas no concelho.

Eventuais alterações nas estruturas fundiária e de produção, nomeadamente das áreas expropriadas pelo GAS, poderão criar condições para um desenvolvimento mais rápido.

A nível das indústrias locais verificou-se, nos primeiros cinco anos desta década, uma recessão da construção civil do concelho. Não se prevê um aumento demográfico acentuado, nem é previsível que outros factores conduzam a um desenvolvimento, com alguma importância desta actividade. Deverá, portanto, manter-se no futuro a um nível idêntico ao actual, o que será suficiente para responder à procura de novas habitações, de novos equipamentos ou de novos serviços.

Neste sector parece mais provável, dado o esperado crescimento do sector das pescas, a criação e o desenvolvimento de pequenas e médias indústrias, a montante e a jusante desta actividade, ou seja, indústrias de reparação naval, de apetrechos de pesca e de congelamento e conservas de peixe.

Admite-se, ainda, devido ao elevado número de pedidos existente na Câmara Municipal, a formação de pequenas indústrias de apoio à vida urbana (carpintaria, oficinas, etc.).

É também possível, neste sector e para este cenário, um desenvolvimento moderado.

Outro ramo de actividade importante para o concelho é o turismo.

Embora a conjuntura económica não tenha permitido, nos últimos anos, investimentos neste ramo de actividade, o que é facto é que a procura se tem mantido elevada. Admite-se, também para este ramo de actividade, um desenvolvimento moderado, sobretudo aquele que se baseia na criação de parques de campismo e de outros equipamentos de apoio, nomeadamente restaurantes, com maior incidência na zona litoral sul do concelho.

A nível de comércio e dos serviços verificou-se um grande desenvolvimento sobretudo em meados e fins da dé-

cada de 70, que resultou numa situação, que se podia chamar de desequilibrada, face à pequena expressão que o sector terciário apresentava, relativamente aos sectores produtivos.

Presentemente, pode-se considerar a situação equilibrada e com tendências para acompanhar o desenvolvimento demográfico.

As principais carências são pontuais e situam-se, neste momento, ao nível de certas áreas do ensino e da saúde.

O segundo cenário, que se designa por cenário B, assenta num crescimento mais rápido da economia. As razões



dessa aceleração poderão relacionar-se, ou com um desenvolvimento mais acelerado do País face, nomeadamente, à entrada na CEE ou, apenas, com o simples facto de Sines poder vir a receber investimentos importantes do exterior, internacionais ou nacionais, estes últimos podendo ser públicos ou privados, sem que isto seja consequência de uma aceleração generalizada da economia do País, neste ou naquele sector.

Com a apresentação de um cenário B pretende-se identificar uma variante ao cenário A baseada num maior leque de desenvolvimento. Não se trata, portanto, de um cenário rígido e fechado, mas de uma hipótese de maior desenvolvimento, cuja expressão poderá ser maior ou menor.

É, fundamentalmente, no que respeita ao complexo portuário industrial, que o cenário B é mais contrastante com o anterior. Embora este cenário aponte para um maior desenvolvimento de praticamente todas as actividades que dizem respeito ao concelho são, em especial as do ES, aquelas que maior impacto poderão trazer à vida económica e social da Área.



## DO SUDOESTE ALENTEJANO À COSTA VICENTINA

Numa sociedade como a nossa, onde prevalecem numerosas leis, como entre outras a lei da oferta e da procura (do dinheiro), a lei dos objectivos em que os fins e os meios se justificam mutuamente, a lei do desenrasca-te antes que te enrasquem, a lei do salve-se quem puder, a lei dos subsídios a fundo perdido da CEE, etc. São raras as vezes em que outras leis, absolutamente contrárias às regras estabelecidas, conseguem atingir as públicas páginas do Jornal Oficial e chegar ainda que timidamente ao conhecimento dos poucos cidadãos que por obrigação lêem tal publicação.

Imaginemos um pequeno país à beira do oceano. Pleno de sol, e de gentes simples. Nesse pequeno país numa parcela da sua costa marítima, extremamente bela, praias lindíssimas rematam arribas e falésias ou descem suavemente das dunas para o mar, e em que pequenos povoados aqui e além unidos ao mar com pequenas e brancas casas de pescadores e agricultores, constituem um conjunto perfeito da natureza com os humanos. Estão pois reunidas todas as condições para a especulação imobiliária, para a venda de quintinhas a emigrantes e outros menos avisados, para a construção desordenada sobre dunas e falésias, para a privatização das praias pelos grandes grupos económicos possuidores de complexas redes hoteleiras, para pequenas, médias e grandes corrupções a vários níveis, para a perda, em última análise, em favor de gentes estranhas e estrangeiras, e sempre em nome do progresso nacional, dessa parcela da costa marítima desse pequeno país à beira do oceano.

Obviamente que tal país se chama Portugal e que essa tal parcela de território se chama Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina e mais concretamente, integram-na os municípios de Sines, Odemira, Aljezur e Vila do Bispo. Municípios estes de maiorias políticas democráticas, três de maioria comunista (Sines, Odemira e Vila do Bispo) e um (Aljezur) de maioria socialista, e por coincidência to-



Ilha do Pessegueiro



dos eles de oposição política à maioria de direita que governa o nosso país.

Podem considerar-se à partida que os Municípios referidos são detentores de imensa riqueza natural, com enormes potencialidades de atracção de investimentos, nacionais e/ou estrangeiros, sendo suficiente argumento comprovativo desse potencial o tipo de sociedade em que vivemos e o lucro fácil que estas situações ocasionam.

Entenderam os quatro municípios que deveriam rejeitar liminarmente o tipo de ocupação e utilização da costa marítima que foi e é praticado no Algarve entre Burgau a Vila Real de Santo António, isto é, que deveriam praticar políticas de ordenamento territorial que previliassem a manutenção da maior parte do aspecto natural da sua costa marítima, ao mesmo tempo que definiriam através de planos gerais de urbanização, quais os locais de maior aptidão para a localização de equipamentos turístico-hoteleiros, a sua dimensão, capacidade, características arquitectónicas das construções, etc. e naturalmente quais os limites de crescimento para os aglomerados populacionais existentes. Por forma a garantir que este esforço de ordenamento e planeamento fosse exequível e ainda que o esforço financeiro exigível pelas adequadas infraestruturas fosse concretizável tinham os municípios como aliado nesta iniciativa um departamento de administração central, que naturalmente significaria:

- a convergência de interesses do Estado; Administração Central e Administração Local nesta matéria;
- a garantia de financiamentos adequados face a obras de envergadura superior em relação às capacidades financeiras dos municípios;
- o respeito, pela parte da Administração Central, das competências dos municípios reservando-lhes papel determinante na condução da administração de tão determinante área para os respectivos processos de desenvolvimento.

Mas eis que após vários anos de conversações entre os





municípios e vários departamentos de administração central, em que tudo foi analisado, discutido, ponderado, assumido e concluído, é publicado no Jornal Oficial, o Decreto-Lei 241/88, mais exactamente no dia 7 de Julho de 1988, que cria a Área de Paisagem Protegida do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina.

Não se pretendendo analisar em detalhe as disposições de tal Decreto-Lei, convém no entanto à partida, interrogarmo-nos sobre se as questões fundamentais estão convenientemente reguladas. Isto é:

1ª Pergunta: É ou não determinante ou melhor; qual o nível de importância do papel dos municípios na administração dessas parcelas dos seus territórios?

2ª Pergunta: Os municípios viram respeitadas, reforçadas ou diminuídas as suas próprias competências?

3ª Pergunta: Qual a posição nova da administração central face às novas disposições legais?

Para resposta a estas perguntas importantíssimas o que refere o decreto-lei 241/88?

Existem três questões determinantes no funcionamento da Área de Paisagem Protegida:

das cinco entidades que constituíam a Comissão Directiva, o que garantia que o Director da Área de Paisagem Protegida teria à partida a confiança dos Municípios.

No Decreto-Lei 241/88, subrepticamente, o director é proposto por todas ou pela maioria das entidades que constituem a Comissão Directiva. (Na Comissão Directiva os Municípios são 4 contra 6 do Poder Central).

### 3. O Plano de Ordenamento

O Plano é a peça fundamental da gestão da Área Protegida. É elaborado pelo Director, apreciado pela Comissão Directiva e aprovado pela Secretaria de Estado do Ambiente ou pelo Ministério do Plano e de Administração do Território. Naturalmente pode ser aprovado com a oposição das Câmaras Municipais ou de algumas Câmaras Municipais.

Já poderemos então responder às três perguntas colocadas anteriormente.

1ª Resposta: Não é determinante o papel dos Municípios na administração dessas parcelas do seu território o que contraria frontalmente as disposições legais em matéria de atribuições e competências das Autarquias Locais.

2ª Resposta: Os Municípios viram assim diminuídas as suas próprias competências por decreto-lei governamen-



1 — A Comissão Directiva

2 — O Director

3 — O Plano de Ordenamento

### 1. A Comissão Directiva (C.D)

No início das discussões há pelo menos 3 anos era consensual que na Comissão Directiva teriam assento 5 entidades (a Secretaria de Estado do Ambiente e as 4 Câmaras Municipais).

No Decreto-Lei 241/88, subrepticamente, surgem 10, as quatro Câmaras Municipais e 6 departamentos da Administração Central.

### 2. O Director

No início do processo o director era proposto por três

tal, o que contraria as disposições constitucionais.

3ª Resposta: Com o Decreto-Lei 241/88 a Administração Central pode aprovar planos de ordenamento em parcelas do território municipal contra a opinião dos próprios órgãos autárquicos de qualquer dos concelhos abrangidos pela Área de Paisagem Protegida.

Apesar de ter ficado por regulamentar quais os termos em que será aprovado o Plano de Ordenamento, os exemplos anteriores são de molde a justificarem justas apreensões pela parte dos Municípios.

Parecia de início que existiria uma enorme contradição entre o teor desta lei e o tipo deste Governo. Afinal e mais uma vez as aparências iludiram tal como em Julho de 1987.

Francisco do Ó Pacheco



### Empreiteiro abandona obra dos arranjos exteriores do Bairro da Cooperativa

Na sequência do abandono da obra dos arranjos exteriores do Bairro da Cooperativa, entre o Bairro Marítimo e as habitações construídas pela C.H.E., empreitada adjudicada à Firma Dianobra Lda. a Câmara Municipal de Sines decidiu proceder à imediata rescisão do contrato, notificar o Empreiteiro e à aplicação de multas nos termos da Lei.

Logo que o processo decorrente desta decisão esteja resolvido a Câmara Municipal pretende accionar os mecanismos conducentes à resolução da empreitada em causa.

### Projecto da nova Sede da Junta de Freguesia de Porto Covo

A Câmara Municipal de Sines decidiu abrir Concurso Limitado para execução do projecto da nova Sede da Junta de Freguesia de Porto Covo.

O projecto do novo edifício deverá servir convenientemente os órgãos da autarquia (Junta e Assembleia) assim como os respectivos serviços.

Do novo edifício constarão também os seguintes espaços: Centro de Dia; Creche/Infantário; Posto de Turismo e Informação; Armazém de Stocks e ainda garagem para viaturas ligeiras.

### Prolongamento da rede eléctrica da Ribeira dos Moinhos e Afeiteira

Na sequência dos trabalhos de melhoramento de electrificação das zonas rurais, a Câmara Municipal adjudicou à E.D.P. o prolongamento da rede eléctrica da Ribeira dos Moinhos. Por outro lado, terminaram já as obras de prolongamento da rede até à Afeiteira.

### Aquacultura em Sines

O Presidente da Câmara Municipal de Sines, após reunião efectuada com a Firma Mariscos Lusitanos Lda., informou a Vereação, do interesse manifestado por esta firma em implantar em Sines um projecto de Aquacultura de Mexilhão.

A Câmara Municipal decidiu manifestar o seu interesse por esta iniciativa e que, este projecto se possa vir a realizar, em local adequado e em conformidade com o Plano Director.

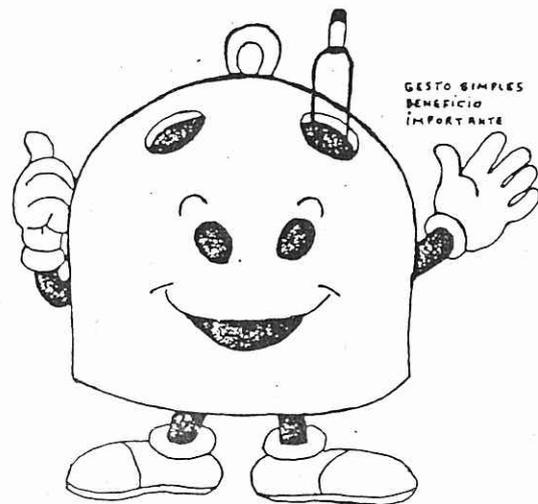
A Câmara decidiu também oficiar a Administração do Porto de Sines no sentido desta Administração disponibilizar áreas para concretização deste projecto.

### Electrificação da Cadaveira de Baixo

Foi adjudicada à E.D.P., pela quantia de 114.600\$00, a obra de prolongamento da rede eléctrica para o lugar de Cadaveira de Baixo.

## SOU O VIDRÃO

DÊ-ME AS SUAS EMBALAGENS DE VIDRO  
VAZIAS E VAMOS AJUDAR O LAR DA  
IDADE DE SINES QUE MUITO NECESSI-  
TAM E AGRADECEM.  
RECEBO QUALQUER CÔR DE GARRAFA



GESTO SIMPLES  
BENEFICIO  
IMPORTANTE

**Higiene é Saúde**  
**Vamos manter Sines limpa**

**LEIA**

**E DIVULGUE**

**ESTE BOLETIM**



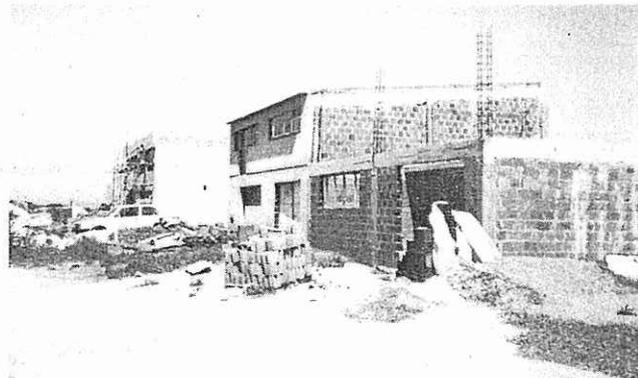
## Sines atrai investidores

Uma unidade de produção de óleo de rícino poderá ser instalada em Sines logo que os terrenos da Zona Industrial Ligeira nº 2 passem para a gestão da Câmara Municipal.

Com efeito, o Sr. Martin Ernest Stielau, dirigiu-se à Câmara Municipal solicitando um lote de terreno de 20 000 m<sup>2</sup> com a finalidade de instalar na nossa terra aquela unidade industrial.

A Câmara Municipal informa estar receptiva à cedência do lote de terreno pretendido, acrescentando que poderá vir a decidir a concessão de algumas facilidades logo que os terrenos da ZIL-2 passem para a sua gestão.

Na mesma situação e com o mesmo interesse por parte da Autarquia, encontra-se a firma TRANSMATE, Ld<sup>a</sup>,



que pretende instalar em Sines uma unidade fabril para fabrico de sinalização de trânsito.

## Câmara Municipal representada

### no Conselho Consultivo da A.P.S.

A Câmara Municipal de Sines está representada no Con-

selho da Administração do Porto de Sines, pelo seu presidente.

Esta decisão foi tomada na sessão de 09.12.88 em resposta à solicitação daquela Empresa Pública em conformidade com os seus estatutos.



## Câmara dá novo impulso ao Centro de Saúde de Sines

Na sequência das iniciativas já anteriormente levadas a cabo pela Câmara Municipal de Sines, no sentido de serem utilizadas as instalações do CEMETRA — Centro de Medicina no Trabalho, a Autarquia, sessão do passado dia 09.12.88, decidiu propor ao Cemetra o aluguer da parte ampliada das suas instalações, por 1 800 contos anuais, a partir de Janeiro de 1989.

Deste facto foi dado conhecimento à Administração Regional de Saúde de Setúbal e enviado à mesma o respectivo protocolo de cedência.

**NÃO CONSTRUA**

**SEM CONSULTAR OS SERVIÇOS**

**TÉCNICOS DA CÂMARA**



## MEMÓRIAS DO NOSSO PASSADO

### Convento de St<sup>o</sup> António

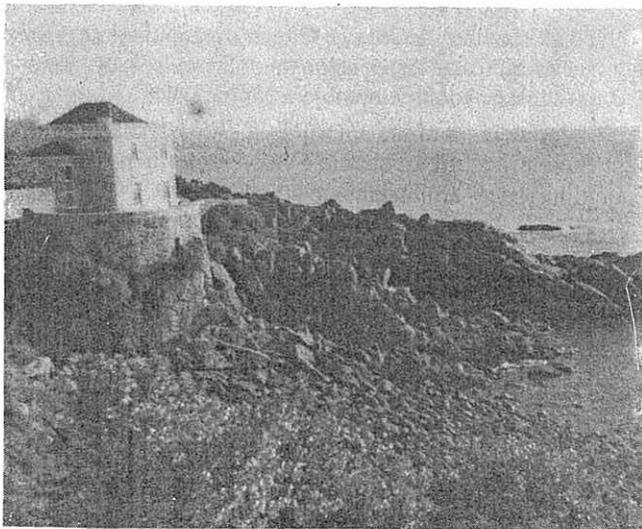
Situava-se a Sudoeste da Vila de Sines, num lugar conhecido por "Convento", para além do Pontal.

Com a chegada a Sines do G.A.S. (criado com o D.L. 270/71) começaram as obras do Complexo Industrial.

Na Década de 70 foi necessária, para a construção do Molho Oeste, uma estrada que desse acesso à pedreira. Foi então nessa altura que "cortaram" o Pontal ao meio, destruindo parte daquela zona, incluindo o Convento.

Actualmente ele só existe na memória das pessoas, nos postais, em documentos, etc..

Falemos agora da sua história: conta a lenda que um mareante se viu aflito no mar e apontou para aqueles lados invocando St<sup>o</sup> António de Lisboa. Tendo-se salvo, logo



mandou ali edificar, sobre o rochedo junto ao mar, uma pequena Ermida por voto ao mesmo Santo.

O Convento remonta ao Séc. XVI (1504), foi fundado por Jorge Furtado de Mendonça (como se pode ler na lápide que se encontra no Museu Arqueológico Municipal de Sines).

Pertenceu aos religiosos Franciscanos da província dos Algarves, até à sua extinção (1834), tendo sido depois vendido pelo Estado a particulares.

Era de pequena dimensão, pois sabe-se que albergava doze religiosos.

No Museu Arqueológico Municipal de Sines existem três peças pertencentes ao Convento, encontradas dispersas após a sua destruição: a lápide do Padroeiro, um búzio manuelino (que foi aproveitado como Bica) e uma base de coluna em calcário.

Incrível: na Década de 70 destrói-se um rico património arquitectónico com uma carga explosivã, sem nada se salvar.

Bibliografia: "Sines Terra de Vasco da Gama", Dr. Arnaldo Soldadade;

"Anais de S. Tiago do Cacém", Padre Macedo;

"Breve Notícia de Sines", Dr. Francisco Luís Lopes.

J.M. Silva

### Lançamento do novo livro de Al Berto no Centro Cultural Emmerico Nunes

O Centro Cultural Emmerico Nunes e a Contexto editora, prepararam para Sines, a 10 de Dezembro passado, o lançamento de *Lunário*; último livro de Al Berto que é também a sua primeira incursão na prosa.

Depois de algumas palavras de Manuel Brito, o editor, que falou sobre santos da casa fazerem ou não milagres —, acontece por vezes, haverem *milagres* disponíveis e os padroeiros em Sines andarem distraídos; Paulo da Costa Domingos fez a apresentação do livro.

Al Berto, galardoado com o Prémio Pen Clube/88, *O Medo*, um livro que reúne toda a sua obra; recentemente convidado a estar presente nas "Belles Étrangères", acontecimento que teve lugar em Novembro último, em França; é neste momento, indiscutivelmente, uma figura que se distingue no panorama da Literatura contemporânea.

Paulo Correia

## AL BERTO LUNÁRIO





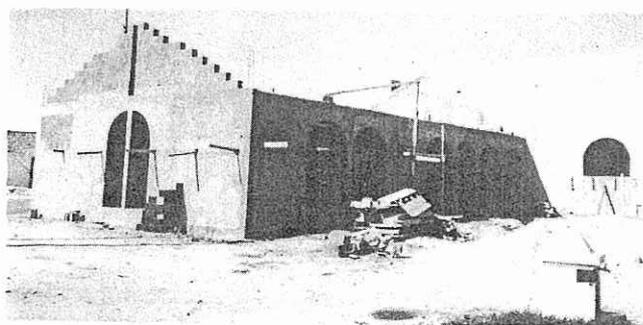
### **Câmara de Sines adere à Associação Portuguesa de Municípios com Centro Histórico**

Realizou-se no passado dia 22 de Outubro, em Lamego, o acto de constituição da Associação Portuguesa de Municípios com Centro Histórico, cujos objectivos são a

salvaguarda, recuperação e valorização das zonas antigas dos aglomerados urbanos.

Na sua reunião de 9/11, a Câmara Municipal de Sines decidiu aderir a esta Associação tendo, para o efeito, solicitado a autorização da Assembleia Municipal.

A aderência da nossa autarquia a esta associação trará, sem dúvida, benefícios quanto à valorização do nosso património histórico-arquitectónico.



### **Construção do Salão de Convívio da Sonega**

A fim de garantir o prosseguimento das obras de construção do Salão de Convívio da Sonega, a Câmara Municipal decidiu atribuir um subsídio de 184.600\$00, à Comissão de Moradores daquela localidade.

### **Defenda o ambiente defenda os nossos jardins**

Durante o ano de 1988 os Serviços de Jardinagem da Câmara Municipal plantaram 6.000 arbustos; 500 árvores e 20.000 plantas diversas.

**PINTE  
A SUA  
CASA  
NAS CORES TRADICIONAIS  
PRESERVE O NOSSO  
PATRIMONIO  
ARQUITECTÓNICO**

Casa pintada ...



Esta página é sua. Escreva-nos

## O CORREIO DO MUNÍCIPE

### Talvez você não saiba...

Que no dia 15 de Fevereiro, do ano de 1941, cerca das sete horas da manhã, o nosso país começou a ser assolado, por um forte vento do quadrante sul, que horas mais tarde, viria a soprar de sudoeste ainda com mais violência, e o nosso país viu-se em pouco tempo totalmente atingido pelo denominado ciclone de 1941.

Como não podia deixar de ser, também a nossa terra, veio a sofrer estragos, que na sua maioria já não puderam ser recuperados.

As ondas alterosas, impelidas pelas fortes rajadas de vento ciclónico, também toda a nossa praia, que com a enchente da maré destruíram os banhos quentes que traziam muita gente à nossa praia nessa época; foram também destruídos, os armazéns de redes, onde viviam os casais de vianenses, que para Sines se deslocavam à pesca da lagosta.

Uma fábrica de conservas de peixe, também na praia de que era mestre ou encarregado, o senhor Manuel Domingos da Silva foi totalmente destruída; uns armazéns de madeira, que existiam nas proximidades do pontal, encostados à falésia enfrente do Lar São Rafael, foram também destruídos. A traineira Estrela do mar, que estava a ser reconstruída, junto à casa onde morava a ti Sofia, também sofreu alguns estragos, não se perdendo totalmente porque se encontrava ainda em cavername, as diversas armações de pesca, existentes nessa altura em Sines, também sofreram grandes estragos, pois que os seus armazéns, foram invadidos pela força das ondas que os destruíram parcialmente, causando grandes prejuízos, em redes e outros apetrechos.

Talvez não seja despropositado, dar-lhes aqui os nomes dessas armações, e das pessoas que foram seus mestres: aqui vão então os nomes.

Esproeira, também conhecida pela (Borboleta) de que conheci como mestre o senhor António Pimentinha que por



sua morte foi substituído por seu filho Augusto Pimentinha que também por sua morte foi rendido pelo senhor José Beliche. A armação da Silveira um pouco mais a norte da Borboleta só lhe conheci um mestre o senhor Joaquim Barbeiro, havia também a nossa Senhora das Salvas mais conhecida pela (armação da velha) possivelmente por ser a mais antiga; esta armação teve como mestres, os senhores José Caraguinho, o seu filho Zeferino, Manuel Beliche, seu filho José Beliche, que como atrás disse também foi mestre da Borboleta, Joaquim Hilário, e António Raminhos que felizmente ainda é vivo, existiu ainda mais ao norte destas uma outra que se chamava Benvinda de que apenas conheci como mestre o senhor Eduardo Vareiro. Falando ainda de armações, tivemos que me lembre mais três, duas a sul das já descritas, que se chamavam, uma Ravasco a outra Maria Helena, e ao norte de todas uma outra que se chamava Pedra Santa as quais pertenciam à firma Judice Fialho. Consta-me que houve também lá para o cabo da praia de que foi mestre um senhor de Setúbal chamado Fermino. Os nomes de alguns mestres, das armações aqui mencionados, foram-me fornecidos por velhos lobos do mar da nossa terra (mestre José Farias) (mestre António Ventura) o (Parente) e o (mestre José Padeiro) mas o ciclone de 15 de Fevereiro de 1941, não fez só estragos no mar, as habitações do aglomerado populacional também sofreram bastante, algumas delas com grandes prejuízos. As fábricas de cortiça, também viram na sua quási totalidade os armazéns destruídos pela força do vento. As ligações entre Sines e Santiago, e Sines-Cercal do Alentejo, estiveram interrompidas, durante vários dias, motivadas pela grande quantidade de árvores derrubadas pela força do vento. Também o Centro Recreativo Sineense que tinha engalanado parte da Rua Doutor Francisco Luis Lopes pois que se encontrava a comemorar o seu vigésimo oitavo aniversário viu tudo ser destruído pela força do vento.

Por tudo o que foi dito no próximo dia 15 de Fevereiro de 1989, farão 48 anos que a nossa terra ficou mais pobre.

Amaral



## **Conselho Consultivo do Jardim de Infância da Escola Primária Nº 2**

A Vereadora do pelouro da cultura, Eugénia Amador, foi designada pela Câmara Municipal, para sua representante no Conselho Consultivo do Jardim de Infância da Escola Primária nº 2.

## **Bombeiros Voluntários de Sines devolvem material ao Instituto de Socorros a Náufragos**

Na sequência do pedido efectuado pelo Comando da Corporação, no sentido da substituição da embarcação tipo Zebro e respectivo motor, que não se concretizou, o Comando dos Bombeiros decidiu entregar todo o material afecto a esta Corporação, ao Instituto de Socorros a Náufragos.

Segundo informações daquele Comando, estão a ser desenvolvidos esforços no sentido de dotar o corpo de bombeiros com, pelo menos, um barco zebro 3 e um motor de 50 cavalos, informando ainda que existem em Sines, dependentes da Capitania do Porto de Sines, meios humanos e materiais que assegurarão os pedidos de socorro que eventualmente venham a ocorrer.

## **Câmara Municipal apoia filme do realizador Rui Goulart**

Parte do filme "Asas de Pomba" do realizador Rui Goulart e participação musical de António Vitorino de Almeida, será rodado em Sines.

A Câmara Municipal de Sines decidiu atribuir um subsídio de 300 contos a este projecto bem como o apoio em refeições para a equipa de filmagens.

A nossa vila será visionada neste filme durante 10 a 15 minutos contando ainda com a participação de cerca de 20 figurantes sinienses.

## **Câmara Municipal de Sines solidariza-se com o povo palestino**

A Câmara Municipal de Sines, respondendo ao apelo do Comité de Solidariedade com os Direitos Humanos do Povo Palestino, decidiu aderir plenamente ao apelo de solidariedade para com o Povo Palestino e faz votos para que os desejos do Povo da Palestina, de concretizarem uma Pátria livre e independente, se tornem realidade muito brevemente.

## **Associados dos Serviços Sociais do Ministério da Saúde têm descontos no Parque de Campismo de Sines**

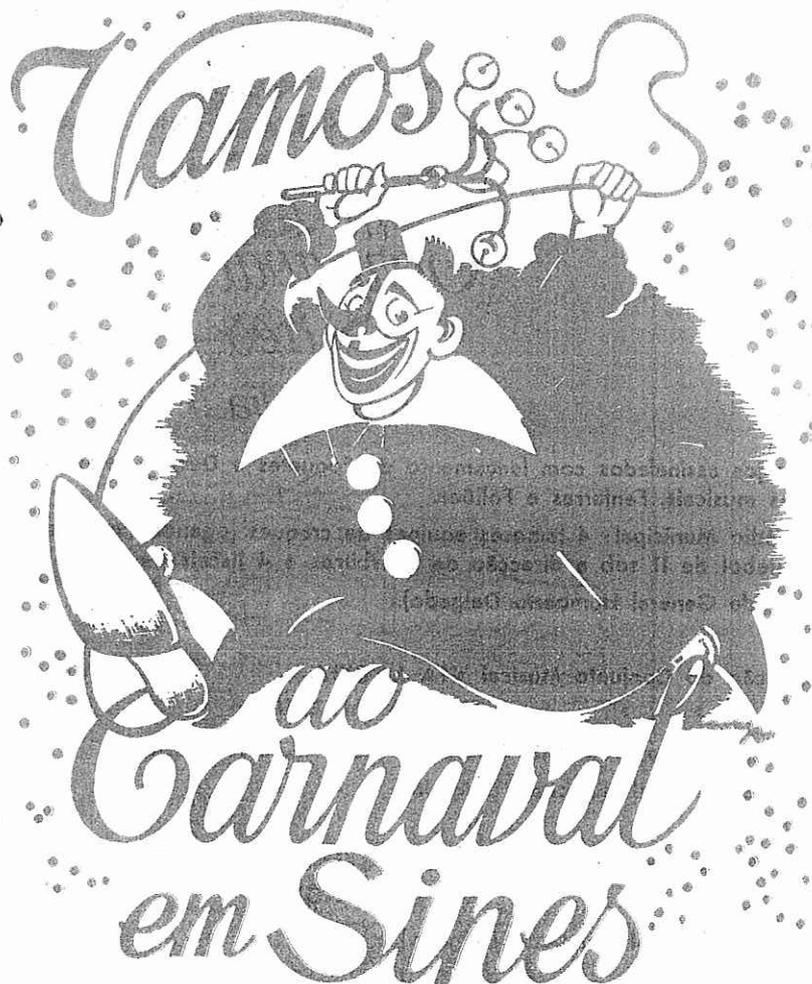
Por solicitação dos Serviços Sociais do Ministério da Saúde a Câmara Municipal decidiu proporcionar um desconto de 15% nas taxas de utilização do Parque de Campismo de Sines aos associados daqueles serviços do Ministério.

## **Alunos da Escola Secundária de Santo André no programa da R.T.P. "Estude-o"**

A fim de possibilitar aos alunos da Escola Secundária de Santo André a sua deslocação ao Porto, a fim de participarem no concurso da RTP — ESTUDE-O, a Câmara Municipal decidiu apoiar esta iniciativa com um subsídio para aluguer de um autocarro.

sines

informação municipal



**5-6-7-8 / Fever.**

**DESFILES CARNAVALESÇOS NO CORSO**

**DIAS: 5-6-7**

- ❖ Magníficos Carros Alegóricos.
- ❖ Rainha do Carnaval de Sines/89, suas Damas e as restantes concorrentes ao Concurso de Eleição.
- ❖ Participação artística da Brasileira SIMARA e sua Escola de Samba de 40 elementos.
- ❖ 4 Grupos de Gaiteiros.
- ❖ OS ZEZITOS (Ginastas acrobares /mini trampolim).
- ❖ Música.
- ❖ Fanfarras.
- ❖ Sambistas Organizados.
- ❖ Cabeçudos, Milhares Foliões.

**NOTA:** Expressamente proibida a utilização de produtos que prejudiquem terceiros, nomeadamente ovos, farinhas, lixívia, tintas, etc.

Aos melhores CARROS ALEGÓRICOS serão atribuídos Prémios monetários:

1.º Classificado	50.000\$00
2.º »	30.000\$00
3.º »	20.000\$00
4.º e 5.º »	10.000\$00

Taças/Troféus para todos.

## MINI LUNA PARQUE

(com os melhores divertimentos da Feira Popular de Lisboa)

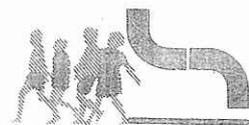


Montanha Russa, O Dragão, O Polvo, O Barco,

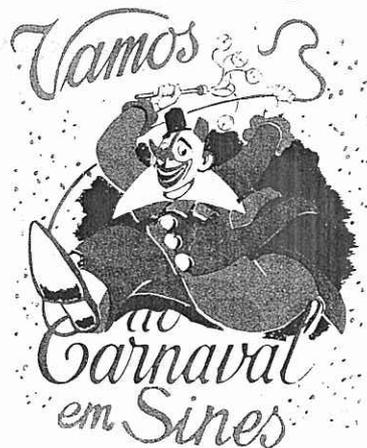
A Boneca, Pista Auto Gigante

sines

informação municipal



# PROGRAMA



4 dias de folia !!!

## ABERTURA OFICIAL DOS FESTEJOS DO CARNAVAL

DIA 5  
DOMINGO

- 7 h - **Alvorada.** Iniciação dos Festejos assinalados com lançamento de Foguetes e Desfile pelas ruas da Vila, com Gaiteiros, Bandas musicais, Fanfarras e Foliões.
- 10 h - **Futebol Trapalhão.** No Estádio Municipal: 4 famosas equipas de craques jogando no mesmo recinto, no mesmo horário, futebol de 11 sob a direcção de 2 árbitros e 4 fiscais de linha.
- 15 h - **Desfile no Corso.** (Na Avenida General Humberto Delgado).
- 22 h - **Bailes Carnavalescos:**
  - SALÃO DA MÚSICA: Participação do Conjunto Musical **VIA LACTIA.**
  - SALÃO DO POVO : > > > > **NOVA IMAGEM.**

DIA 6  
SEGUNDA

- 15 h - **Futebol.** No Estádio Municipal: desafio escaldante SOLTEIRONAS — MAL CASADAS.
- 20 h - **Desfile no Corso.** (Na Avenida General Humberto Delgado).
- 22 h - **Bailes Carnavalescos:**
  - SALÃO DA MÚSICA: Participação do Conjunto Musical **VIA LACTIA.**
  - SALÃO DO POVO : > > > > **NOVA IMAGEM.**

DIA 7  
TERÇA

- 15 h - **Desfile no Corso.** (Na Avenida General Humberto Delgado).
- 22 h - **Bailes Carnavalescos:**
  - SALÃO DA MÚSICA: Participação do Conjunto Musical **VIA LACTIA.**
  - SALÃO DO POVO : > > > > **NOVA IMAGEM.**

DIA 8  
QUARTA

- 23 h - Atribuição dos Prémios anunciados pela Comissão.
- 21 h - **Enterro do Entrudo.** (Marcha fúnebre). Concentração no Largo Pero de Alenquer.
- 23 h - Encerramento oficial do Carnaval de Sines.

Vem Mascarado ao Corso, forma o teu Grupo de Foliões, vamos todos brincar ao Carnaval!

